

## **Fazendo História Ambiental da Paisagem Insular da Cidade de Belém no Percurso da Modernidade.**

**JOÃO MARCELO BARBOSA DERGAN\***

### **Introdução**

A cidade de Belém-Pa apresenta-se como uma metrópole-capital do Norte do Brasil na qual os arranha-céus, as grandes avenidas, as lojas, supermercados e os shoppings centers que surgem e marcam a cidade a colocam com características modernas e de vida cosmopolita e ao mesmo tempo, nos últimos 30 anos aproximadamente, o poder público, tanto municipal, como estadual ou federal, o Estado, vem implantando projetos para os espaços das proximidades dos rios, ocupados em algumas partes por portos, madeireiras, hotéis, feiras entremeados por palafitas em diversos usos e interesses que se fazem em pontos ou ‘zonas’ diferentes na orla da cidade em toda sua extensão, mas com a justificativa de poder fazer parte dos espaços públicos da cidade, como o ‘portal da Amazônia’<sup>1</sup>, como busca dos espaços circundados por águas, rios e suas orlas como marca contemplativa da cidade na modernidade.

O município de Belém está situado no estuário guajarinense<sup>2</sup> que é parte integrante do estuário amazônico. Situada na faixa equatorial, aproximadamente a 160 km ao sul do Equador, a cidade está entre o Rio Guamá e a Baía do Guajará e é contornada por inúmeras ilhas. Belém apresenta-se hoje com configuração de área total que representa 50.582,30ha, a porção continental representa 17.378,63ha e a porção insular representa 33.203,67ha, correspondente a 43 ilhas que compõem o município<sup>3</sup>.

A vida é intensa entre a cidade e as ilhas; estas são fontes de parte de suprimento para cidade tanto como fornecedoras de alimentos (açai, farinha, frutas e peixes) como de outros materiais destinados a construção civil e produção de cerâmica. Também, são áreas de

---

\*Universidade Federal do Pará, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História-PPHIST/UFPA.

<sup>1</sup> O Portal da Amazônia, empreendimento iniciado em 2005, em Belém, contém dois projetos: a macrodrenagem da Estrada Nova e a Orla de Belém. Desde então, com as obras na área de orla da cidade, um aterro hidráulico foi instalado para conter inundações.

<sup>2</sup> O estuário guajarinense caracteriza-se por ambiente fluvial com influências marítimas, forma-se na confluência dos rios Pará, Acará e Guamá. A Baía do Guajará está localizada em frente a parte noroeste da cidade de Belém.

<sup>3</sup> Dados do Anuário Estatístico do Município de Belém, SEGEP, 2010.

expansão urbanística como possibilidade de crescimento da cidade e que muitas vezes pode haver conflitos de interesses na ocupação dos espaços. Por sua vez, os serviços ofertados pela cidade são intensamente usados pelos sujeitos das ilhas, que a ela se dirigem para escoar a produção, fazer compras, ir ao médico, freqüentar a rede escolar e utilizar outros serviços.

Por muito tempo a cidade de Belém cresceu “*subordinada aos modelos de fora - tanto no europeu como na expansão industrialista - e hoje, perplexa diante de uma convulsão social quase exposta, Belém ignorou, pelas elites do planejamento, a sua natureza amazônica, que é ribeirinha(...)*”(ARAÚJO, 1995, p. 14). Então, vive-se de costas para o rio, rejeitando totalmente o vínculo aquático. Traçado ‘iluminista’, oposto a toda ligação com a floresta, com as águas, símbolos demasiado mágicos (ACEVEDO MARIN E CHAVES, 1997).

A paisagem revela que Belém nasceu num complexo insular, as relações que se estabelecem são, portanto, “*históricas e determinadas por uma série de particularidades culturais e locais*”(SCHAMA, 1996, p 213), que aqui ganham destaque as particularidades das ilhas de Belém-Pa.

A paisagem da cidade de Belém é principalmente a insular e a orla ou beira dos rios, como o Guamá e a baía do Guajará, que consistem em áreas de várzea com movimentos de marés constantes que foi formada por processos de conjugação de escalas de tempo para a geomorfologia de acumulação de longo a curto período e sedimentação fundidos nos contornos da paisagem que se apresenta no presente que variam desde uma escala de tempo geológico remanescente a formação da área de várzea do estuário amazônico até a um período de tempo na longa duração da modernidade envolvendo as políticas de ocupação para construir urbanidade e civilidade a cidade, como a ocupação da parte do rio Guamá encontrar-se as camadas mais populares da cidade, diferente da parte da baía do Guajará, que se encontra uma parte da elite urbana de Belém que tem valorização e ocupação diferente umas das outras no presente, bem como um período de tempo que pode variar de poucos anos, como os projetos para construção da orla da cidade e os contratos da associação das ilhas de Belém com empresas de cosméticos do ramo ‘selo verde’, como a Natura, por exemplo, para fornecimento de sementes. Entender as alterações e permanências da cidade com relação a sua insularidade requer entender esses processos.

Está na base da escrita da história ambiental da insularidade da cidade considerar que apesar das enormes diferenças históricas de como foram pensadas, utilizadas, planejadas, ocupadas ou não as ilhas de Belém, em cada momento da vida, há também uma construção sobre ela, a insularidade da cidade, que podemos lançar um olhar no longo processo da modernidade, e mais que detalhar pensamentos e práticas de cada momento específico, consideramos a vida como construção de todos os elementos em interação, sejam físicos, geológicos, bióticos e sociais, que se embebedam de autopoiesis organizativa, sem que a organização seja no sentido stricto sensu de falta de contradição, ou que a base física e biológica seja prioritariamente superior ou anule a histórica, mas de considerar que a ciência, e principalmente a história, não podem mais negar que a interação físico-química-social-histórica é que constrói a vida em toda sua existência, e que a nossa experiência cultural é que a expõe da maneira que convém, mais que isso, da maneira que culturalmente podemos nos expressar, mas que será abordado nos momentos que consideramos necessário ao olhar e a escrita aqui apresentada (Maturana, 2001; Pádua, 2002, 2010; Cronon, 2010).

### **A geo-história da cidade insular: experiências, sensações e odores por entre história natural na paisagem insular**

Nas ilhas da cidade, por entre furos, igarapés, rios, como o Rio Guamá, a Baía do Guajará e seus arredores e afluentes, houve essa tentativa da metrópole em agriculturar, ou incentivar a agricultura, com alguns produtos considerados importantes, isso de modo algum quer dizer que essas paisagens insulares não fossem habitadas e utilizadas há muito por mamelucos, índios destribalizados, caboclos e também imigrantes degredados, bem como mulheres e açorianos no Grão-Pará na colonização anterior ao XVIII, como parte desse processo maior de ocupação do Vale Amazônico no Estado do Maranhão e Grão-Pará como política de Portugal (Chambouleyron, 2010; Mourão, 2012), pois as beiras dos rios Guamá, Acará, Moju, Capim e Gurupi surgiram vilas, povoados, sítios e retiros (Acevedo, 2009). E os produtos eram diversos, e do ponto de vista oficial também, pois “plantações relativamente grandes ou pequenas de cana de açúcar, próximo das terras baixas, o arroz cultivado em terra firme, ao lado de roças de mandioca, algodão, feijão, milho, café, tabaco e a extração de madeira e as denominadas ‘drogas do sertão’ dominaram a produção e definiram as formas de organização de trabalho (...) no primeiro círculo organizado nas redondezas de Belém (Acevedo, 2010).

Para as cercanias de Belém, haviam terrenos medindo de 272 a 8.700 hectares, na qual as principais utilizações eram para lavouras de cacau, café, e também, mesmo que poucas, para tabaco, cana e arroz (Arquivo Publico do Pará, 2013).

A oficialidade que via no incentivo de produtos como café, arroz, cana e cacau a possibilidade de criar a cultura desses produtos sob o viés do *modus economicus* da metrópole no Grão-Pará, que abarcou os arredores da cidade de Belém e suas ilhas, aparentemente negou a condição de existência de outros produtos por não serem considerados importantes deste ponto de vista, muitas vezes implantando um outro uso, ou adotando um fim do ponto de vista oficial para os produtos diferente do adotado comumente, como por exemplo alguns tipos de árvores que foram usadas na fabricação náutica, que utilizadas como raízes perfumadas, cosméticos e remédios, como anani, cumaru e a priprioca, mas apesar desta aparente invisibilidade desses produtos do ponto de vista oficial, nas fontes e rastros que encontramos, ou muitas vezes citadas como ‘usos indevidos ao progresso’, algumas espécies vegetais como as raízes, a mandioca, que cultivada com mais abundancia na terra firme, não na várzea das ilhas, o açaí, citado por viajantes naturalistas no XIX, e seus usos foram parte importante para os comuns das ilhas de Belém, mas também para manter um jogo de relações que mesmo não considerado do ponto de vista oficial, serviu a este. Uma perspectiva da insularidade da cidade neste período, eram as abundantes raízes e ervas da várzea da região insular da cidade, como o anani, a piripirioca, o pau de breu, entre outros, que serviam para muitas utilidades, como remédios e que ‘tinham a raiz cheirosa’, utilizados pelos comuns e ‘pobres’ que habitavam as ilhas (Baena, 1969; Cruz, 1973).

A insularidade era em função dos pontos de referência da continentalidade da cidade, mesmo na implementação de pequenas agriculturas, mas também como pontos de estratégia de segurança e instalação de portos, como o Fortim da Barra (Ilha do Fortim), que era localizado no meio da Baía do Guajará e próximo a Fortaleza da Barra, como parte do conjunto de construções de caráter militar para a defesa da Colônia, pois A insularidade também se faziam de rotas e esconderijos dos desgarrados e mocambos.

Conforme informações constantes da administração provincial o café e o cacau, que faziam parte do incentivo a produção desde o XVIII, incluindo as ilhas, tiveram valorização

até nas décadas de 1850 e 1860, com valores e preços de arrobas da época<sup>4</sup>. Algumas das espécies tidas como importantes e ainda que ressaltando a goma elástica como produto principal no final do XIX, muitas delas foram consideradas em função da experiência dos comuns e também dos ilhéus e presentes na insularidade da cidade como a ucuba, o pracaxi, e óleos, resinas e raízes cheirosas que foram enviadas pela comissão do Pará a mostra internacional.

Nas redondezas de Belém, em intervalos deste longo período, reconhecem-se as mudanças na fisionomia econômica da região onde surgem ilhotas de agricultura (ACEVEDO, 2009), ainda que considerada como uma produção acanhada pela metrópole, existiam nestas relações, os pequenos e médios sítiantes. E ao mesmo tempo a insularidade da cidade de Belém poderia ser sentida e visualizada como espaço de contemplação e lazer perto da natureza.

Entendemos que mesmo que parecendo contraditória essas formas de usar e perceber as ilhas e a insularidade da cidade, elas fazem parte de um mesmo processo, pois “no acontecer da vida social, na vida vivida que a história procura imperfeitamente reconstruir, todos esses elementos se encontram profundamente unidos e mesclados na experiência coletiva” (PÁDUA, 2010, p. 12).

A busca do entendimento dessa diversidade e usos e significações sobre a insularidade de Belém nos deu possibilidade de uma visão menos dualista natureza e cultura e a compreensão de que fazem parte do mesmo processo interativo que se apresenta sobre esses diferentes aspectos, que o historiador precisa ter o cuidado na leitura e interpretação, para não desconsiderar elementos essenciais, para não reduzir a análise histórica, mas sim como lembrou Woster (1991), Pádua (2010), Sedrez (2012), Macneil (2013- no prelo) Duarte (2005; 2014), entre outros, de ampliar a compreensão e a análise histórica, pois “no sentido mais profundo, o desafio analítico é o de superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade (...) Na história ambiental o desafio é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos.” (PÁDUA, 2010, p. 13).

---

<sup>4</sup> PARÁ. *Relatório do Presidente da província do Pará Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira* passando a administração da mesma ao 4 vice presidente Dr. Abel Graça. Pará. Typographia do Diário do Gram-Pará, 1870, p. 33.

Entre fortes, extrativismos, agriculturas e contemplação para lazer, a insularidade da cidade pelo viés oficial era empecilho e antinome da urbe e da cidade, na qual seus limites e as características que apresentavam eram negativos e considerados muito úmidos e isalubres, nos projetos de urbanização, aterramento de igarapés e lagos como o do Piry e os projetos de cercamentos da cidade (Arquivo Público do Pará, 2013).

Então o sítio de Belém passou a ser analisado em seus aspectos também topográficos em relação a planos e projetos, pelo ajustamento ou intervenção mais urbana entre um ponto ou outro da cidade, na qual as areias próximas das águas do Rio Guamá e suas ilhas eram consideradas verdadeiros pântanos da cidade. Os trechos ribeirinhos do Guamá e as da baía do Guajará são apresentadas como exceções marginais ao domínio urbano da cidade sobre as águas e que devia ser como as áreas e espaços mais urbanizados da cidade. Entende-se a ênfase sobre a geografia histórica urbana que é a abordagem do autor e o que estamos vislumbrando é que há a concepção e afirmação comparativa de que para fazer parte da cidade e dos planos e estudos urbanos de outrora devia se ter a exclusão ou dominação da insularidade e das águas da cidade, para se considerar a urbe como moderna, portanto o projeto modernizador ou era extinguir a insularidade da cidade, como o anteriormente pensado nos tempos de outrora do projeto não implementado no XVIII, ou dominá-lo e urbanizá-lo para desenvolver a cidade, na qual as partes mais baixas próximas ao rio Guamá “sem que se pudessem escondê-las, alcançar as mais altas” (PENTEADO, 1968, p. 55).

Na análise da geografia espacial histórica, ao focar a cidade de Belém, já utiliza teorias da climatologia, da geologia, para compreender a ocupação urbana diferenciada, com um estudo, portanto, interdisciplinar que nos possibilita para a análise das interações, mudanças e permanências ambientais em relação a insularidade da cidade.

A História ambiental faz a própria crítica do processo de construção do que se compreende como a formação da estrutura da cidade, como por exemplo, as utilizações da insularidade como progresso da metrópole, a melhor intervenção das áreas dos rios como urbanidade, ou os importantes elogios às rocinhas da cidade, mas que na contradição da própria construção da cidade e da intervenção nos espaços próximos aos rios e também as rocinhas, levou a uma apropriação privada de uma maneira disciplinar ao progresso, e a possibilidade de extinção de espécies e de algum modo de um ‘outro verde’ nessas áreas da cidade. Se em um momento foi esta apropriação privada e uma contribuição para ‘os verdes’

nesses espaços e quintais das rocinhas, ao mesmo tempo que nesse processo contraditório, construído no longo percurso da modernidade, a cidade chega no tempo da escrita com um verde se afastando dessas áreas e das centrais, além do tipo de uso e da concepção sobre os recursos naturais, como uma aproximação e domesticação na cidade, mas como progresso da urbe.

Então, se a insularidade era espaço da contemplação e de lazer mas devia estar fora da urbe, era também o espaço do vivido dos comuns e dos usos das ilhas pelo viés da metrópole como espaços para implementação da agricultura de cacau e cana, como espaços para os fortes e portos, como espaço para olaria, engenhos de arroz. As madeiras reais fizeram também parte da paisagem insular da cidade, nas quais as madeiras da floresta, preparadas pelos índios e negros dos estaleiros do estado do Grão-Pará ou recolhidas pelo oficial Julião Álvares, eram enviadas a Lisboa para serem experimentadas no Arsenal Real do Exército e na construção naval e civil<sup>5</sup> Na paisagem insular da cidade de Belém considerada como predominante a forma de subsistência, ainda que houvesse esses interesses, valores e usos diversos, mas de uma maneira geral, houve extinção de espécies vegetais e madeiras da floresta em função dessa exploração (ANGÉLO MENEZES, 1998, 1999), como o Pequiá (*Caryecar vilossum*) e a falta de Angelins (*Dinizia excelsia*) e Paus-d'arco (*tabebuia serratifolia*) por exemplo.

Madeiras reais, pesqueiros reais, e a roças comuns de pequenos extrativistas e agricultores, eram parte da paisagem insular da cidade, além da busca da natureza como lazer e descanso.

Dean (1989) nos esclarece que além das madeiras que serviram a exportação e controle da metrópole, “exportavam-se também madeiras de lei, óleos de tartaruga e peixe – que se misturavam com o breu na construção naval -, animais vivos, peles e penas de vários animais e pássaros, estopas, cordagem, graxas, óleos e “drogas”, isto é, plantas e essências medicinais, especiarias aromáticas, resinas, gomas, ceras, corantes” (DEAN, 1989, p. 03).

E foi essa paisagem que foi observada pelo olhar científico que misturou estudos e intenções de viajantes naturalistas e botânicos interessados nas espécies e natureza na

---

<sup>5</sup> Fonte: Arquivo Nacional, códice 101, folha 133 do col 2, ofício de agosto de 1781 de Martinho de Melo e Castro a Martinho de Sousa e Albuquerque.

Amazônia, pois se no final do XVIII e início do XIX, já havia incentivo e exportação para Lisboa de alguns produtos como algodão, arroz, atados, gengibre, couros, cravos, registrados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, sem esquecer que desde meados do século XIX, a seringueira já representava boa parcela das exportações paraenses, mas que, apesar disso, as espécies transformadas em produtos como o arroz, o cacau, entre outros, mantiveram-se como importantes (BATISTA, 2014; WEINSTEIN, 1993), foi neste período também que se deu a ocupação da cidade pelas chamadas ‘rocinhas’, na qual esses movimentos nos Portos de Belém e também as rocinhas foram relatados pelos naturalistas, como Spix e Martius, por exemplo, foi nelas também que foram observadas, e então, catalogadas e registradas a descoberta de novas espécies vegetais, novas no sentido da oficialidade cientificista, na insularidade e ilhas dos arredores da cidade.

Entre tantas raízes, sementes e folhas que compunham a vegetação da Amazônia e dos arredores, rios e ilhas da cidade de Belém, os viajantes naturalistas do XIX, como Wallace por exemplo, não se sensibilizou apenas com as formas e cores delas, mas também pôde experienciar e relatar o odor que sentia em relação a essas diversas espécies, que segundo ele “A mais admirável e mais curiosa de todas, porém, é a “paxiúba”. A sua principal singularidade é as raízes, o pracaxi, as sementes . Vê-se comumente uma notável *Clusia*, de grandes folhas luzentes e flores de um fortíssimo e flagrante odor. As suas espécies são numerosíssimas” (WALLACE, 1999, p.71).

Ainda relatada como cultura para incremento oficial da metrópole, a natureza tinha muito o oferecer se devidamente explorada e utilizada sob esse ponto de vista, e mesmo que já houvesse incentivo de exportação de produtos como algodão, arroz, atados, gengibre, conforme registrados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, havia também os produtos das sementes para óleos e breus como “das amêndoas extraía-se finíssimo óleo, como a manteiga de cacau, a qual nunca cria ranço, é um excelente cosmético, e torna a cútis doce e polida, sem deixar nada de gordura e luzimento” (INÁCIO ACIOLI DE CERQUEIRA E SILVA, 1883).

Parece haver diante da utilização da natureza, a preocupação e cuidados também na relação com o corpo e a pele.

Corbin (1989, 2008) materializa sensorialmente que de uma maneira geral no século XIX pareceu ocorrer um novo regime de sensorialidade ao mesmo tempo que se revelam pequenos indícios e vestígios evanescentes, sem quase testemunhos disso, de uma experiência quase indescritível também com novos cuidados com o corpo. Não foi na exclusão de um ou de outro, mas na própria retórica da sensibilidade e na retórica dos relatos que se expressou no XIX a repulsa as doenças (BELTRÃO, 2000; REVEL e PETER, 1995) ligadas aos pântanos que poderiam trazer doenças que se criavam no próprio corpo, no mesmo sentido da busca de pequenos e não corriqueiros aproximação com as margens e as águas, para a elevação da sublimação do ser.

Então, parece haver as reminiscências e pequenas buscas de um novo cuidado com o corpo, com a pele, ao mesmo tempo que se elucida que a natureza deveria ser cuidadosamente elaborada para isso. Não podemos esquecer que neste mesmo período Lineu estabelecia uma escala científica de gradação dos seres e da natureza, incluindo os odores.

A paisagem também se compõe, como bem enfatizou Schama (1996), como mensagens olfativas da cidade em relação com as águas, como parte dessa paisagem. Assim, parece que o odor, além do interesse que ganha nas classificações científicas, tem uma peculiaridade na cidade de Belém e na insularidade, que dependia de muitos pontos de vistas, que são parte interativa entre o ambiente humano e físico, e lugar também da experiência sensível e esses elementos da paisagem comportam carpas de história, na qual os historiadores ambientais podem e fazem a íntima relação da natureza com a cultura, posto que a natureza e a percepção humana não são inseparáveis e não estão em campos distintos. A visão que temos da natureza comporta lembranças, significados complexos e a paisagem transforma os aspectos terrenos em experiência, também emocional. A própria insularidade vista na relação com a continentalidade pode servir com antídoto imaginário da alienação metropolitana.

Entre as sensações “a cidade foi, desde cedo, reduto de sensibilidades (...) que implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, fosse pela palavra escrita ou falada (...) fosse pelas imagens desenhadas ou pintadas (...) fosse pelas práticas cotidianas (...) e pelos códigos de civilidade presentes” (PESAVENTO, 2007, p. 40) nos períodos e pelos cheiros, odores e sensibilidades que nela se fazem, classificadas de acordo com a posição e experiência de cada um.

No XIX morar nas ilhas era uma circunscrição que merecia e deveria o incremento da cultura pelo ponto de vista oficial, mas os passeios, como pelos naturalistas, revelam muitas sensações, incluindo as agradáveis.

Ao buscar explicações geocientíficas para explicar a evolução das espécies, Agassiz debateu teoricamente com os mais influentes evolucionistas da época, como Darwin, J. Muller, Holbroock, Curvier, Heckel, entre outros, e deu especial atenção as espécies de peixes como o Jacundá, o Acará, Sarapó, de Jeju, Rabeca, Anujá, Candiru, Bagre, Acari, Matupirim e muitas outras que ainda eram desconhecidas cientificamente. Como grande descoberta considerada, relacionou as espécies de peixes e também a vasta área de rios, ilhas e a própria vegetação, com a formação geológica do vale amazônico, sem contudo fazer uma relação direta com as pessoas, os usos, o tipo de pesca e quantidade de uso, ou a própria ‘demografia’ da população. Explicitou uma preocupação estritamente da história natural evolutiva separada dos outros contextos da vida. Então a história natural do XIX ao utilizar a geologia como explicação das espécies, negou a condição humana dos comuns nesse processo de interação.

A insularidade vivenciada precisava ser transformada em ciência num diálogo positivo entre a geologia de Hartt, e a de Martius, do estudo botânico para valorizar as características e a flora circundante, entre raízes, sementes e espécies como o “açazeiro (*Euterpe oleracea*), o urucurizeiro, o cumaruzeiro, o buçu (*Manicaria saccifera*), a Paxiúba (*Iriartes exorrhiza*), a Samaumeira (*Ceiba pentandra*), Castanheiro (*Bertolletia excelsa*), Seringueira (*Havea brasiliensis*) e a Vitória-régia (*Planta aquática ninfeácia*)”, entre tantas.

Ainda assim a insularidade foi considerada pela urbe moderna, não no sentido do morar e do viver como implementação contínua de urbanidade segura, mas como pontos de verdes e natureza que poderiam servir a sensações da vivência prazerosa em sítios e casas de campo e também a própria urbe, num mixto de exclusão e congruência campo-cidade (WILLIAMS, 1989 e DUARTE, 2014)

### **O verde e o turismo na paisagem insular da cidade**

Estudos realizados pelo Estado nos últimos anos mostram a reconfiguração de Belém como um município, digamos, insular, homegeneizando esses espaços como importante área verde da cidade cosmopolita e moderna.

Para o Estado, através das Instituições públicas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA e a Companhia de desenvolvimento de Belém- CODEM, houve poucas e imperceptíveis alterações na cobertura vegetal das ilhas de Belém, o que foi considerado importante e fundamental como espaço verde do município de Belém. Mas as poucas e quase imperceptíveis alterações no ‘verde’ das ilhas de Belém também foram comparados e revelam um aumento da urbanização e perda da cobertura florestal em pequenas áreas, como na ilha de Cotijuba, que foi relacionado como busca de novas áreas de casas de veraneio para turistas.

Na insularidade que compõe aproximadamente 67% da área total de Belém, com aproximadamente 43 ilhas, enfatizadas pelo Estado como importante ‘área verde’ do município, poder-se-ia estaticamente compreender Belém como insular e verde, escamoteando a dinâmica e movimento na relação insularidade e continentalidade da cidade, na qual homens e mulheres que vivem nas ilhas buscaram e buscam a possível visibilidade democrática, na qual as memórias fazem parte importante dessa história, bem como as contradições construídas na modernidade que tem radicalidade na atualidade.

O Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia referenda o que se observou nos mosaicos sobre Cotijuba e indica para um avanço do desmatamento nas ilhas de Belém, embora pontual se comparado as áreas continentais.

A ilha de Cotijuba encontra-se entre as áreas de desmatamento em Belém identificadas. Vários fatores são atribuídos como causas ao avanço da perda de cobertura vegetal na ilha, como aumento da densidade demográfica, urbanização desordenada e especulação imobiliária entre outros, no entanto estes fatores possuem ligação com a emergência da atividade turística dentro da economia local. Esse desmatamento ocorre predominantemente em função da ocupação por casas de veraneio, bares e pousadas associados diretamente a atividade turística além do parcelamento irregular do solo em virtude da especulação imobiliária promovida pelo turismo na ilha.

Nas ilhas de Belém, Cotijuba se relacionam com as perspectivas adotadas pelo processo de ocupação turística e de expansão urbana da cidade ocorridas nas ilhas de Mosqueiro e Outeiro, por exemplo.

Relações acentuadas na atualidade construídas entre materialidades e sensações na modernidade para uma cidade que se constitui no presente entre contradições e congruências

Há intensificação de usos como turístico, urbanístico e de organizações nas ilhas de Belém nos últimos trinta anos principalmente, que foram contudo construídas no continuum do tempo da modernidade. Além de intensificação e radicalização de usos na atualidade ou como nos lembra GINZBURG (2007) construídas e possíveis de uma narrativa através de fios e rastros na relação memória e história. Caso a reconciliação seja um abismo ou um foço intransponível, bem como a escolha seletiva do passado no presente, mesmo em relação a natureza, a antinomia natureza e cultura como maneira de estruturar os contrastes do mundo forma a base da época moderna, porém a distinção natureza e cultura não pode ser admitida nem como pequenas gradações e diferenças nos estudos, sob pena de naturalizar relações culturais. Então, há intertícios interativos natureza e cultura e neles também foram formadas as paisagens continentais e insulares da cidade, em tempos sejam ditos geológicos, geográficos ou históricos, mas sempre em consgruências e articulações, negações e afirmações dos seres na paisagem viva da cidade

Na Europa do século XIX, como Inglaterra e França, por exemplo, ocorreram alguns momentos específicos e alguns elos dos privilegiados de contatos efêmeros com as águas, que desencadearam imagens e estratégias emocionais ligadas a natureza, ao selvagem nas possibilidades da tentação sedutora de estar nela e continuar a ser privilegiado. Esses momentos passam a ocorrer de forma ascendente no XIX, como que se “constrói-se uma nova economia das sensações” (CORBIN, 1989, p. 108), não um turismo ecológico como na atualidade, senão incorreríamos em anacronismo psicológico, mas a relação da sensação dos privilegiados em “(...) em escavar a areia à procura de conchas, aninhar-se nas grutas, seguir o contorno de seu território insular” (CORBIN, 1989, p. 109). Então as sensações de estar entre as matas, águas e ilhas da insularidade da cidade, dos seus arredores, relatadas pelos viajantes naturalistas do XIX poderiam e estavam também no nível privilegiado da escala social, no sentido da oficialidade e padrão digamos europeu, daí os sentidos e sentimentos negativos expressos em relação as emoções dos moradores e habitantes dessas paisagens, quando fora do sistema oficial.

Ainda que com o discurso e tentativa e políticas do embelezamento da cidade no final do XIX e início do XX (SARGES, 2000), da padronização dela com espécies vegetais, como a mangueira vinda da Índia no XVIII (AIROZA, 2010) que foi debatida e experimentada como a espécie a arborizar a cidade na virada do XIX para o XX (ALMEIDA, 2013), com códigos oficiais de conduta em relação a natureza na cidade (VIEIRA, 2010), e ainda que houvesse a exclusão oficial dos pobres do centro urbano, contudo por entre águas, rios, ilhas e na própria

urbe circulavam as diversas pessoas que carregavam e compartilhavam também suas experiências, suas vivências, suas formas de perceber e estar no mundo, com conflitos, contradições e complementações presentes na interação insular-continental da paisagem de Belém

### **Do verde sensível ao ambiente desenvolvido: as empresas ‘selo verde’ e a associação de moradores das ilhas de Belém**

Questiona-se em que modo uma comunidade nacional pode fazer as contas com o próprio passado? (GINZBURG, 2011). Para nós pudemos entender como uma cidade pode recomeçar e refazer sua relação com as águas e a paisagem insular verde diante do paradoxo de que nos últimos 30 anos a taxa de urbanização do Município atingiu cerca de 98,67%

As áreas verdes reduziram e a cidade foi considerada a pior em arborização urbana do País E a cidade ao mesmo tempo buscou as ilhas e as orlas nos projetos de governo, bem como áreas com prédios de luxo, nas proximidades das águas principalmente na orla da baía do Guajará relacionada ao centro da cidade e nas áreas verdes como as próximas do Museu Paraense Emilio Goeldi-MPEG e quanto as ilhas? a paisagem insular sob a perspectiva das próprias pessoas que nela vivem, trabalham, moram, sonham, portanto sob o viés não apenas da continentalidade da cidade, mas da própria insularidade ou na interação continentar-insular?

As empresas, como a Natura, integram buscas e realização de cosméticos baseados nos odores e essências consideradas ‘naturais’, principalmente no final do XX e início do XXI, como ocorreu com o lançamento do perfume de priprioca (*Cyperus*) da linha ‘Ekos, contudo algumas experiências anteriores já se faziam em outras empresas na relação dos odores e fragrâncias com a natureza e algumas essências utilizadas no final do XIX e início do XX, posteriormente foi lançado o perfume ‘Channel n 5’ com base no óleo e na essência do Pau Rosa amazônico e algumas durante o longo século XX como por exemplo a Phebo em Belém, que se deu esse processo de valorização dos cosméticos e odores das matas e vegetação da paisagem insular da cidade como olfato valorativo mundial, o que era então em tempos de outrora apenas uso dos comuns

A priprioca (*Cyperus articulatus*) é uma das espécies do Brasil cultivada por comunidades do Pará e comercializada como planta aromática (Zoghbi et al., 2008; Sonwa & König, 2001; Olaware et al. 2006; Zoghbi et al., 2008; Oladipupo & Oyedeji, 2009). Nas ilhas

de Belém, são usadas para consumo próprio, para venda as erveiras da feira do Ver-o-Peso, e também consideradas como plantas e ‘matos’ comuns da região.

A Amazônia brasileira como um todo é considerada como um potencial e um amplo espectro de diretrizes no sentido das espécies e produtos naturais, como “pelo menos 10 mil espécies de uso medicinal ou cosméticos (...) na qual a produção atual chega ao mercado externo apresentando tendência crescente de mercantilização (...) Há importantes itens de exportação como guaraná, castanha, marfim vegetal (jarina) princípios ativos e matéria prima (pau-rosa) para o fabrico de perfumes” (MARCOVITCH, 2011, p. 42). A biodiversidade amazônica é considerada imensa e o mercado de aromatizantes ainda é visto como pouco explorado e com demanda de sabores e odores ‘de origem natural’ no mundo para produtos diversos, como materiais para cosméticos, corantes naturais, óleos essenciais, polímeros biodegradáveis, feromônios, bioinseticidas seletivos e enzimas de interesse biotecnológico<sup>6</sup>, dentre outros.

Em 12 de março de 2014, a Natura inaugurou também um complexo industrial a 35 km de Belém, no município de Benevides, às margens da rodovia PA 391, em uma área de 172 hectares, o ‘Ecoparque’ realiza produção de sabonetes e óleos da empresa com produtos amazônicos.

Os cuidados com a priprioca nas ilhas de Belém, em Cotijuba principalmente, realizado pela Associação das Ilhas com a empresa Beraca e Natura é feito desde o início da adubação e plantação que ocorre na época mais chuvosa em Belém (janeiro e fevereiro) e a colheita que é realizada aproximadamente após 9 meses do plantio (novembro). Mas essa possibilidade de se tornar um aroma importante nacionalmente e até internacionalmente foi se constituindo como uma ruptura que aconteceu nos últimos anos, na qual há contradições e experiências que foram se constituindo para se chegar na atualidade com os contratos entre a associação das ilhas de Belém em Cotijuba e as empresas Beraca e Natura com superfaturamento anual da empresa de aproximadamente R\$ 2 bilhões em 2014<sup>7</sup>. Na

---

<sup>6</sup> Alguns laboratórios e empresas foram montadas nesse sentido, como o Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA em Manaus- Relatório da CBA,2012; Relatório da Conservation Internacional, 2013; Relatório da Annual Reports of Medical Chemistry, 2014.

<sup>7</sup> A multinacional brasileira Natura registrou receita líquida de R\$ 1,802 bilhão no segundo trimestre de 2014. Entre abril e junho de 2014 também apresentou lucro líquido de R\$ 175,8 milhões e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização de R\$ 352,3 milhões. A empresa mantém a estimativa de investir R\$ 500

aromatização da natureza com uma escala que se constitui na cultura contraditória e congruente na construção moderna chega-se na atualidade com relações de trabalhos na insularidade da cidade que busca a natureza como fonte de valor intrínseco.

As sementes são levadas à fábrica da Beraca<sup>8</sup>, em Ananindeua (PA), e são despejadas todas em uma prensa para extração do óleo utilizado em produtos que vão ser feitos para cuidar da pele (...) É bom que eles vem aqui pegar conosco”<sup>9</sup>.

Consideramos que as políticas oficiais de governo representam os sujeitos insulares como rurais e os projetos relacionados aos espaços insulares são realizados como tentativa de inseri-los como urbano, portanto vem se constituindo ao longo do tempo, projetos para os espaços e sujeitos insulares que os representam na contradição e exclusão entre rural e urbano, entre natureza e cultura, que tem relação com a construção científica dessas categorias baseadas na ciência tradicional, portanto, há um entrecruzamento nas relações sociais de produção e reprodução desses sujeitos, uma simbiose entre rural e urbano, natureza e cultura, que as políticas públicas não dão conta e há contradições entre as políticas e as experiências dos sujeitos, como regularização e termos de ajustes para coleta e extrativismo utilizados para suas produção e reprodução, através de consumo e comercialização nos portos da parte continental da cidade de Belém-Pa.

Acrescentamos também que os próprios sujeitos vêm se constituindo e significando suas identidades, com o surgimento das organizações que constroem, como centros comunitários, associações e ao estabelecerem as parcerias com as empresas, na possibilidade de se mostrarem sujeitos com garantias de direitos, no limite da significação passado-presente, na memória manipulada entre rural e urbano, inserindo-se nas associações reconhecidas de direito agrário como o Centro Nacional de Extrativistas.

---

milhões em bens de capital até o final do ano de 2015. (Relatório Anual da Natura, 2014). Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), o setor encerrou o ano de 2014 com faturamento de R\$ 42,6 bilhões ante os R\$ 38,1 bilhões do ano anterior, o que representa um crescimento de 11,8% em comparação a 2013. (Relatório da ABIHPEC, 2014).

<sup>8</sup> A empresa Beraca têm unidades na França, no Brasil, nos estados de São Paulo, Goiás, Pernambuco, Ceará e Pará, sendo a unidade de Ananindeua localizada na Rodovia BR-316, Km. 08, s-n, quadra 3 lote 3, na qual visitamos em 22 de setembro de 2011.

<sup>9</sup> FONTE: Ata da Associação das Ilhas de Belém, junho de 2010.

No paradoxo atual na paisagem insular da cidade a intensificação de usos nos últimos anos, como expansão urbana, turismo e exploração<sup>10</sup> passaram a um nível considerados irregulares e destruidores do meio ambiente, como parte de um processo que se faz em muitos lugares da Amazônia brasileira como aumento de usos intensos de exploração, por exemplo, de madeiras ilegais e de queimadas que entre 2000 e 2010 em que a Amazônia perdeu 240 mil quilômetros quadrados de florestas<sup>11</sup>, desconsiderando que “a Floresta Amazônica em pé vale muito mais para o Brasil, do que todas as plantações de soja e de metros cúbicos de madeira prontos para serem vendidos. O que realmente tem valor incalculável são os microorganismos que existem nos 60% de florestas da Amazônia (...)a riqueza que são os microorganismos da Floresta Amazônica, a única que possui mais de 2 milhões de metros quadrados alagados”<sup>12</sup>.

As mesmas terras e águas onde ainda há o encontro das espécies de pracaxi e da pripioca pelos ‘matos’ e ‘chãos’ do lugar das ilhas, com a produção organizada dos comuns para fornecimento as erveiras do mercado do Ver-O-Peso e para os fornecedores/atravesadores e também diretamente as empresas como Beraca e Natura, sem esquecer que ainda há o baile raro do peixe boi sobre suas águas<sup>13</sup>.

### Referências Bibliográficas

ACEVEDO MARIN, R. E.; CHAVES, E. Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia, In: XIMENES, T (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia XXI*. Belém: NAEA, 1997.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Povoamento e sociedades entre os rios Gurupi e Moju no Pará dos séculos XVIII e XIX. In: *Atlas socioambiental*; municípios de Tomé-Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis/Maurílio de Abreu Monteiro, Maria Célia Nunes Coelho, Estêvão José Silva Barbosa (orgs). Belém, NAEA, 2009, p. 33-45.

---

<sup>10</sup> “Semma flagra desmatamento ilegal em ilhas de Belém”, no jornal O Liberal, caderno Cidades, em 14 de maio de 2013; “Operação combate crimes ambientais em Mosqueiro”, no jornal Diário do Pará, caderno Polícia, em 29 de junho de 2009; Entre outras.

<sup>11</sup> Segundo Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada-Raisg.

<sup>12</sup> Fala do Sr. professor Hélio Candotti, ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em 06 de junho de 2013.

<sup>13</sup> Conforme noticiado do encontro de peixe boi nas águas da baía do Guajará, na ilha das Onças, “Filhote de peixe-boi é resgatado por ribeirinhos, em Belém”, pelo portal de jornalismo da emissora Globo, <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/07/filhote-de-peixe-boi-e-resgatado-por-ribeirinhos-em-belem.html>, no dia 29/07/2013.

- AIROZA, Luiz Otávio. *Cidade das Mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)*. Ed. Amazônia, Belém, 2010.
- ALMEIDA, Tunai Rehm Costa. Belém: uma história ambiental 1892-1902, *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, 2013, Natal/RN, p. 26-42.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré, GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Exploração de Madeiras no Pará: Semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília, v. 15, n. 03, p, 123-145, set/dez. 1998.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. O sistema agrário do vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação. *Projeto História*, São Paulo, n 18, 1999.
- ARAÚJO, José Mariano Klautau. *Dimensão Insular*. Belém/Pa, 1995.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compendio das Eras da Provincia do Pará*. Belém: UFPA, 1969.
- BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. Editora Açai: Belém. 2014.
- BELTRÃO, Jane Felipe. *A Arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão Pará do século XIX*. In *Anais do XII Congresso Internacional de Ahila*, Porto, Portugal, 2000.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai, 2010.
- CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Ed. Cia. das letras, 1989.
- CORBIN, A. O encontro dos corpos. In: *História do corpo: da revolução a grande guerra*/Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Geoges Vigarello. Petrópolis: Ed. Vozes, RJ, 2008.
- CRUZ, E. *História de Belém*, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, UFPA, Belém, 1973.
- DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil: Um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.
- DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUARTE, Regina Horta. *Eu quero uma casa no campo: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976*. Topoi (Online): revista de historia, v. 28, p. 159-186, 2014.
- GINZBURG, Carlo. Memória e globalização. In: *Revista Esboços*. Volume 16, Nº 21, UFSC, 2011, pp. 9-21.
- MARCOVITCH, Jacques. *A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- MATURANA, H.R. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*, SP: Palas Athena, 2001.
- MCNEILL, John R. *The Ecological Atlantic*, 2013.
- MOURÃO, Leila. Maneiras de viver na colônia no extremo Norte-1620-1760. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. VIII, nº 2 , 2012.

- PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de destruição; pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: *Estudos Avançados*. Dossiê teorias socioambientais. Vol. 24, N 68, São Paulo, 2010.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém: Estudo de Geografia Urbana*. Coleção Amazônica, série José Veríssimo, Belém: UFPA, 1968.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista brasileira de história*, dossiê Cidades, v. 17, n 53, São Paulo, 2007, p. 13-49
- REVEL, Jacques et. PETER, Jean-Pierre. *O corpo: o homem doente e sua história*. In LE GOFF, Jacques et, NORA, Pierre. *Historia, novos objetos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SEDREZ, Lise. História ambiental da América Latina: costurando tradição e inovação. In: *Outras Histórias: Ensaio em História Social*, Andréa Casa Nova Maia; Marieta de Moraes (Orgs.). 1ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, v. 1, p. 125-150.
- VIEIRA, David Durval. Belém: Sociedade e Natureza 1897-1911. *Territórios e Fronteiras*, v. 03, n. 02, 2010, p. 23-56.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, pp. 198-215.